

FAQ - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA SILVA & ASSOCIADOS

1. Quanto tempo demora um processo de divórcio consensual?

Em casos de divórcio consensual, onde ambas as partes concordam com os termos, o processo pode ser finalizado em aproximadamente 30 a 60 dias. Caso haja filhos menores ou discordância sobre partilha de bens, o prazo pode se estender para 6 meses ou mais.

2. Posso registrar minha marca mesmo que já exista uma empresa com nome parecido?

Depende. O registro de marca no INPI analisa diversos fatores, incluindo similaridade fonética, visual e o ramo de atividade. Se as empresas atuam em segmentos diferentes, é possível que ambas coexistam. Recomendamos uma busca prévia de anterioridade antes de iniciar o processo.

3. Qual a diferença entre rescisão e demissão sem justa causa?

A rescisão é o termo genérico para o fim do contrato de trabalho, que pode ocorrer por várias razões. A demissão sem justa causa é quando o empregador dispensa o funcionário sem que este tenha cometido falta grave, garantindo ao trabalhador direitos como aviso prévio, FGTS com multa de 40%, seguro-desemprego e férias proporcionais.

4. Preciso de advogado para abrir uma empresa?

Não é obrigatório, mas é altamente recomendável. Um advogado pode orientar sobre o tipo societário mais adequado (MEI, LTDA, SA), elaborar um contrato social robusto, identificar riscos tributários e trabalhistas, e garantir que todos os procedimentos legais sejam seguidos corretamente desde o início.

5. Como funciona a pensão alimentícia para filhos maiores de idade?

A obrigação de pagar pensão pode se estender além dos 18 anos se o filho estiver cursando ensino superior ou técnico até os 24 anos, ou se houver incapacidade física ou mental. O valor e a duração devem ser acordados entre as partes ou determinados judicialmente, considerando as necessidades do filho e as possibilidades financeiras do genitor.

6. Posso ser preso por dívida no cartão de crédito?

Não. No Brasil, a prisão por dívida civil é vedada pela Constituição Federal, exceto em casos de inadimplemento de pensão alimentícia e depositário infiel. Dívidas de cartão de crédito, empréstimos ou cheques sem fundos podem gerar processos de cobrança, mas não resultam em prisão.

7. Quanto tempo tenho para entrar com ação trabalhista após ser demitido?

O prazo prescricional para ações trabalhistas é de 5 anos a partir da data da demissão, limitado aos últimos 5 anos do contrato de trabalho. Ou seja, você tem até 5 anos após o desligamento para reivindicar direitos não pagos, mas só pode cobrar verbas dos últimos 5 anos trabalhados.